



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DO SPGL PARA O ANO 2013/2014

APROVADO NA ASSEMBLEIA GERAL DE SÓCIOS
DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014

I - O CONTEXTO POLÍTICO

1. O ano escolar de 2013/2014 está a decorrer marcado pelo agravamento da política de direita do governo PSD/CDS-PP, agravamento que se traduz a nível social no aumento do desemprego e da precariedade, sobretudo o desemprego jovem, no (consequente) aumento da situação de pobreza real para muitos milhares de portugueses; a nível económico pela continuação da política de cortes salariais e do valor das aposentações na administração pública, na quebra de poder de compra de todos os trabalhadores e na manutenção de pesadíssima carga de impostos, que se esvaem no pagamento da dívida aos credores internacionais. Esta política de empobrecimento generalizado do país e de “esgotamento” da classe média consubstancia-se no Orçamento de Estado para 2014 (OE) apresentado em outubro à Assembleia da República. Um OE que aprofunda o ataque às funções sociais do Estado, corporizado, no caso da Educação, num novo corte de 439 milhões de euros (só no que respeita ao Ensino Básico e Secundário e à Administração Escolar), relativamente ao ano passado, ano em que o OE cortará já mais de 415 milhões. A estes números deve juntar-se o corte de 93 milhões nas verbas destinadas à Ciência e Ensino Superior, em cima dos 100 milhões de corte no OE para 2013.

Assiste-se nos últimos meses a uma forte pressão, ao nível dos órgãos de informação e de propaganda no sentido de fazer querer que a economia do país teria iniciado um sustentado processo de crescimento, isto é, que a política erradamente dita de austeridade (na verdade, é de política de empobrecimento que se trata), fundada no memorando com a Troika em 2011 teria dado bons resultados. Utiliza o governo para esta (des)informação alguns dados estatísticos ligeiramente favoráveis mas que de modo algum permitem ignorar o constante agravamento do valor da dívida pública, do aumento tendencial das situações de pobreza e a manutenção de elevadas taxas de desemprego, particularmente entre os jovens, situação que se agrava pelo facto de boa parte dos desempregados não receber qualquer forma de apoio social.

2. Já não restam dúvidas sobre a intenção do governo: reduzir ao mínimo a função do Estado como promotor de igualdade social e de justa redistribuição da riqueza produzida, limitando a sua função a criar as condições que permitam aos grandes grupos económicos aumentar os seus lucros. Portugal vai-se tornando um país empobrecido para a maioria, em que se agrava a desigualdade social. Não porque, contrariamente ao propalado, os trabalhadores tenham “vivido acima das suas possibilidades” com salários elevados, mas como consequência de uma política económica globalizada assente na “financeirização” da economia e no seu afastamento em relação à economia produtiva.

Esta política de empobrecimento atinge todos os trabalhadores e muito em especial a chamada “classe média”; mas os trabalhadores e os pensionistas da “função pública” têm sido os principais alvos do governo através dos cortes nos salários e nas pensões e também pela subida dos

encargos fiscais, de que o brutal agravamento da contribuição para a ADSE é o exemplo mais recente.

Aproveitando os “ventos favoráveis” do governo e os ataques aos trabalhadores da administração pública, as entidades patronais privadas aumentam a pressão na tentativa de alterar as convenções coletivas com o intuito de degradar as condições de trabalho. E tentam encontrar formas de contornar o último acórdão do Tribunal Constitucional, que considerou inconstitucionais normas relativas ao despedimento por extinção do posto de trabalho e por inadaptação e a suspensão de normas das convenções coletivas relacionadas com a majoração de férias e descansos compensatórios.

A política do governo PSD/CDS apresenta-se de forma cada vez mais clara: alterar os pressupostos democráticos que enformam a Constituição e limitar, alterando a legislação, a possibilidade de intervenção dos sindicatos na construção de uma sociedade em que o valor do trabalho e os direitos de quem trabalha sejam valores essenciais de referência.

3. No campo da Educação, a política de pauperização do país traduz-se no empobrecimento da Escola Pública, da qual são afastados milhares de docentes e trabalhadores não docentes que lhe fazem falta, na penúria de recursos materiais e económicos com que as escolas/agrupamentos se confrontam, merecendo aqui também referência os cortes brutais de financiamento a que estão a ser sujeitas as instituições de ensino superior e de investigação científica. Sublinhe-se que esta situação de agravada penúria coexiste com um aumento significativo de alunos carenciados, fruto das enormes dificuldades financeiras com que se defrontam milhares de famílias portuguesas. Mas traduz-se também na quebra de financiamento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), na diminuição do número de professores e auxiliares que apoiem crianças com necessidades educativas especiais, no aumento de número de alunos por turma e na insistência na criação/manutenção de “agrupamentos de escolas” gigantescos, sem qualquer condição de funcionamento pedagógico adequado.

No campo da investigação científica o governo aposta em reverter os avanços conseguidos nesta área pelos últimos governos do PS, com forte redução nas verbas investidas e na brutal redução do número de bolsas atribuídas pela FCT, criando uma “bolha de desemprego” entre os doutorandos e os doutorados do país.

No ensino particular e cooperativo assiste-se a tentativas de despedimentos e encerramentos de estabelecimentos, justificados por dificuldades socioeconómicas e, no caso das IPSS e Misericórdias, por insuficiente apoio estatal.

4. Assiste-se a uma ofensiva governamental de deliberada política de desprestígio da profissão docente, estando a retornar o discurso da docência como “missão” e “sacerdócio”, em nome de que os docentes deveriam continuar a trabalhar afincadamente esquecendo (ou aceitando) a degradação dos seus salários, o bloqueamento da carreira e a degradação das suas condições de trabalho, nomeadamente o aumento da sua carga letiva e de ocupação em tarefas de índole vária nas escolas/agrupamentos. Atitude que muitos diretores, submetendo-se à vontade do ministério, vão incentivando. É também neste quadro de desprestígio intencional da função docente que deve entender-se o discurso sem fundamento do ministro da educação relativo à qualidade da formação das ESE e a apregoada necessidade de uma prova de avaliação de competências e de capacidades (PACC) para ingresso na profissão.

II - AS PRIORIDADES DA AÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES

1. Como política geral: a defesa – conjuntamente com os restantes trabalhadores – das funções sociais do Estado e a recusa da conceção liberal do “Estado Mínimo. Este combate exige que todo o movimento sindical se reforce, aumente a sua credibilidade e capacidade de intervenção; exige clareza nos objetivos e eficácia nas duras lutas que os sindicatos terão de travar. Neste quadro, a defesa de uma Escola Pública de Qualidade para Todos mantém-se como eixo central da atividade do SPGL e da FENPROF.

O SPGL e a FENPROF lutarão contra a desqualificação da Escola Pública, contra a política reaccionária do cheque ensino, contra os apoios desmesurados e ilegítimos a entidades privadas no campo da educação. Nesse sentido o SPGL considera que a demissão do atual governo e da sua política são elementos fundamentais na defesa de uma sociedade que se reclame dos valores de abril.

2. No campo da política educativa, o SPGL e a FENPROF consideram ser essencial a defesa da atual Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), a consolidação prática dos princípios justos de inclusão, a exigência de qualidade em todas as formas que o ensino público assuma.

3. No plano da carreira docente, o SPGL e a FENPROF continuam a considerar que a vinculação dos contratados é batalha imediata da maior importância. Por outro lado é necessário exigir que sejam repostos os mecanismos estatutariamente previstos de progressão nas carreiras e a reposição da parte roubada dos salários.

4. Desde Setembro de 2013 que as linhas essenciais atrás traçadas têm fundamentado um vasto conjunto de iniciativas sindicais.

Recordemos:

- o apoio a iniciativas que denunciem a situação de desemprego e de precariedade dos professores/ educadores. Nessa linha realizaram-se já ações junto dos centros de emprego (primeiros dias de Setembro: na área do SPGL, na Amadora e Setúbal, no dia 2 de setembro), uma ação (O “(I)mural”,) no Porto e a ocupação durante uma tarde do MEC-5 de Outubro, por iniciativa da comissão de contratados/desempregados do SPGL. Foram programadas e concretizadas novas ações, nomeadamente com os docentes contratados das escolas especializadas de ensino artístico. Nesta mesma linha se enquadra a campanha contra a chamada Prova de Avaliação de Conhecimento Competências que o MEC pretende impor a todos os docentes contratados e que mereceu uma espectacular resposta dos professores e do movimento sindical, nomeadamente o SPGL;

- a defesa da Escola Pública, corporizada desde já numa carta aberta dirigida à sociedade, no retomar a experiência (bem sucedida) da “Caravana da Escola Pública” que percorreu todo o país, e de um apelo já em curso destinado a toda a sociedade em defesa da Escola Pública;

- a denúncia dos cortes previstos no OE para a Educação, para a Ciência e para a Investigação, através de várias iniciativas promovidas pela CGTP e pela FENPROF;

- a denúncia da política em relação às crianças com NEE, nomeadamente através de uma exposição que percorreu todo o país (na área do SPGL esteve patente entre 19 e 23 de novembro na Escola Secundária D. Dinis);

- a análise crítica do modelo de funcionamento do 1º ciclo, através de um Encontro Nacional que decorrerá em Março de 2014;
- a defesa de mecanismos nacionais e justos dos concursos de docentes, denunciando as fraudes, incongruências e prejuízos para as escolas da generalização da colocação “por oferta de escola”;
- a exigência do cumprimento integral da ata assinada entre o MEC e a FENPROF, em Junho passado, na sequência da greve no período de avaliações;
- exigência às associações patronais (AEEP, CNIS, UMP e ANESPO) do cumprimento integral dos direitos definidos nas convenções coletivas e o respeito pelas decisões do Tribunal Constitucional;
- a continuação da luta pela reposição da legalidade no funcionamento de vários colégios privados com contratos de associação, nomeadamente os do grupo GPS.

5. No plano imediato e para o período imediatamente posterior à Assembleia Geral de Sócios de 13 de fevereiro de 2014 a ação reivindicativa, na concretização das orientações atrás enunciada, traduzir-se-á nas seguintes iniciativas:

- **Participação nas Marchas em defesa das funções sociais do Estado promovidas pela CGTP, em 27 de Fevereiro, em Lisboa e no Porto;**
- **Participação na Manifestação Nacional da Administração Pública em 14 de Março, tendo por objectivo exigir a negociação da reposição dos cortes dos salários e das pensões;**
- **Exigir reuniões com o Ministério da Educação para tratar das questões urgentes, nomeadamente: a realização de concurso geral intercalar em 2014, aplicação da directiva comunitária a todos os docentes incluindo os do superior e os do ensino artístico especializado; normas para a organização do próximo ano letivo, reposição dos professores do índice 245 no respeito pelas decisões do Tribunal Constitucional, abolição definitiva da PACC, redefinição do funcionamento das AEC, negociação sobre os diplomas de formação de professores e habilitações para a docência, respeito pela inclusão das crianças com necessidades educativas especiais, requalificação do parque escolar, a defesa de uma adequada política de financiamento do ensino superior e da investigação científica. A exigência da abertura imediata de negociações sobre estas matérias será acompanhada das ações de luta que a cada momento vierem a definir-se como necessárias quer pelo conjunto dos docentes quer pelos grupos específicos envolvidos.**

O SPGL combaterá a “distorção” do conceito de autonomia, distorção com a qual o governo se pretende desobrigar das suas responsabilidades, transferindo-as para as escolas, as autarquias, os professores, os interesses privados. Ao incluir no conceito de autonomia a possibilidade de as escolas/agrupamentos recrutarem diretamente os seus professores, o MEC pretende mantê-los numa situação de precariedade (mantendo-os como contratados) e abre campo a todo o rol de arbitrariedades e compadrios claramente comprovados pelas práticas recentes das colocações por “oferta de escola”.

No que se refere aos professores do ensino particular e cooperativo e face à proposta inaceitável apresentada pela Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular (AEEP) de revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) do Ensino Particular e Cooperativo (EPC), que representa um enorme retrocesso nas condições de trabalho, o SPGL defenderá firmemente os direitos desses docentes.

O SPGL continuará a defender que aos docentes que trabalham em outros ministérios (que não o da Educação e Ciência) seja aplicado o Estatuto da Carreira Docente. Relativamente à aplicação da lei das 40 horas, o SPGL continua a negociar Acordo Coletivo de Entidade empregadora Pública (ACEEP) com as entidades públicas adequadas.

O SPGL integrar-se-á nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, patrocinadas pela FENPROF, CGTP-IN e Associação do 25 de Abril, sem prejuízo de iniciativas próprias, associadas à comemoração dos seus 40 anos.

6. A organização dos professores e educadores aposentados tem merecido grande atenção por parte do SPGL. O SPGL participou de forma empenhada na 1ª Conferência de professores e educadores aposentados da FENPROF, que decorreu em Lisboa no passado dia 21 de Novembro e, dando cumprimento às decisões aí tomadas, está a desenvolver os mecanismos necessários para a sua participação nos organismos coordenadores dos docentes aposentados no quadro da FENPROF.

III - LUTAR COM TODOS OS TRABALHADORES

A derrota da política de direita, a inversão da política e a demissão deste governo constituem objetivos traçados pela CGTP-IN. O SPGL tem participado e continuará a participar empenhadamente nas diversas lutas que a CGTP-IN promover, procurando sempre que essas lutas sejam o mais convergentes possível com organizações de trabalhadores não pertencentes à CGTP, na concretização do princípio de “unidade na ação”. Esta mesma posição tem sido assumida e continuará a ser assumida relativamente às ações promovidas pela Frente Comum.

IV - LUTAR COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

No ano escolar 2013/2014, o SPGL, dentro das suas possibilidades, continuará a participar e a apoiar os movimentos e iniciativas sociais e populares que tenham como objetivo a luta contra este governo e esta política.

V - FORMAÇÃO

1. O SPGL poderá retomar alguns aspetos da formação contínua dos docentes logo que seja clarificado o quadro do novo modelo de formação contínua, já “negociado” com o MEC, mas que ainda carece de regulamentações essenciais para a sua prática. Nessa linha de orientação, será analisada a possibilidade de relançamento do Centro de Formação do SPGL e/ou do Instituto Irene Lisboa, bem como alterações no modo de funcionamento das tradicionais “Jornadas Pedagógicas”. Mas o SPGL continuará firme no princípio de que a formação contínua considerada obrigatória pelo MEC tem de ser gratuita e por isso não oferecerá ações “gratuitas” aos professores a menos que o MEC as financie.
2. O SPGL promoverá ao longo do ano, destinadas aos seus dirigentes e delegados sindicais ações de formação/debate sobre temas candentes da sociedade portuguesa, tendo já realizado uma sessão sobre a questão do pagamento da dívida soberana (18 de novembro) e estando prevista uma sobre a sustentabilidade da segurança social (ainda sem data).

3. O SPGL manterá em 2013/2014 as parcerias constituídas com sindicatos de docentes de outros países, no quadro da ETUI, e concretizará os acordos de parceria estabelecidos com sindicatos angolanos.
4. Manter-se-á a atividade cultural, diversificada, no âmbito do Espaço António Borges Coelho, atividade que tem granjeado prestígio social ao SPGL e possibilitado uma maior ligação a algumas escolas.

VI - A REORGANIZAÇÃO INTERNA DO SPGL

Realizou-se em 23 de Janeiro a votação para a alteração dos estatutos do SPGL, com o objetivo de tornar mais ligeira a composição dos órgãos diretivos e de facilitar a participação na vida sindical.

Continuará a campanha de sindicalização iniciada no ano passado que possibilitou melhorar a presença do SPGL em algumas escolas da sua região, tanto nos estabelecimentos de ensino público como do ensino privado, particular e cooperativo.

A eleição de delegados sindicais, de modo a reforçar uma rede inequivocamente débil, constituirá uma linha essencial no ano de 2013/2014.

Durante o ano de 2014 dar-se-á particular atenção à reestruturação dos serviços e funcionamento do sindicato, de modo a responder à acentuada quebra das receitas de quotização, provocada pelos cortes salariais, pelo congelamento das progressões de carreira, e pela diminuição do número de sócios, que acompanha a redução do número de docentes no sistema educativo.

VII - CONGRESSO

A Direção do SPGL decidiu convocar para o mês de Fevereiro de 2015 o V Congresso do SPGL, estando a sua preparação já em curso. O lema, ainda provisório é “Os desafios da docência perante o recuo dos direitos de cidadania.

A Direção